



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 21/09

10 de Agosto de 2009



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



Tribuna Pública: "Carreiras militares e retributivas das FA"!



Mais de 15 dias decorridos sobre a convocatória para uma reunião, com o Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, sobre a revisão dos quadros orgânicos das Forças Armadas (FA), e, apesar do compromisso por este assumido, continuamos sem conhecer o projecto de decreto-lei em causa: somente recebemos por fax um quadro sobre os quantitativos, conforme saiu na imprensa.

Através da Internet e da comunicação social tomámos conhecimento de que o Conselho de Ministros de 5 de Agosto (sempre em período de férias...) aprovou na generalidade, para consulta das associações profissionais de militares (APM), o novo regime remuneratório dos militares das FA. Por enquanto, e incompreensivelmente, continuamos sem ter conhecimento dos documentos em causa.

Tal como alertámos em tempo útil, o Governo está de forma atabalhoada e apressadamente a produzir legislação avulsa em matéria tão sensível para a Dignificação Profissional e o respeito pela Condição Militar, assim da própria Operacionalidade.

Chegam-nos notícias de avanços e recuos em hipotéticas negociações e trabalhos em curso entre os Chefes Militares e a tutela, o que pode indiciar novos enganos e frustrações relativamente a compromissos anteriormente assumidos, como, infelizmente, já vem sendo hábito.

Portanto, e em resumo:

- As APM continuam arredadas da produção desta matéria de carácter eminentemente socioprofissional – o que viola a Lei Orgânica 3/2001, de 29 de Agosto, e as mais elementares regras de participação democrática e de auscultação; Apesar disso a ANS, não se coibiu de, por mão própria, entregar à tutela e no gabinete do PM, contributos para que os problemas estruturais conhecidos, possam ser resolvidos a contento dos militares e salvaguardando a Operacionalidade;
- Mais uma vez se está a legislar avulso sobre matérias interligadas e integradas, sem cuidar primeiro de eliminar as graves distorções existentes, correndo-se o risco de os exportar para todo o seio da Administração Pública problemas que de momento estão compartimentados nos quadros especiais das FA; poderá ser o equivalente a aprofundar e estender uma infecção viral, transformando-a numa pandemia;
- Entretanto, e entre muitos outros, permanecem sem resposta problemas como:
 - A desvalorização funcional e a desqualificação profissional;
 - A inexistência de soluções para as muitas centenas de militares supranumerários especiais, e para garantir o fluxo de carreiras para as centenas de 1SAR e SAJ dos três ramos, com 14 e mais anos de permanência no mesmo posto;
 - A sangria e desperdício de recursos humanos que são anualmente passados compulsivamente à reserva, com ótimos currículos e folhas de serviço exemplares.

Em face desta situação o Secretariado da Direcção da ANS decidiu apoiar a **Tribuna Pública** convocada por sócios desta associação, **para o próximo dia 13 de Agosto, a partir das 18h30, junto à estátua de Afonso de Albuquerque, no jardim de Belém (em frente ao Palácio Presidencial).**

Apela a todos os militares que se encontrem ainda na área metropolitana de Lisboa a participarem em mais esta iniciativa de Verão.

Mantenhamo-nos Atentos, Disponíveis, Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!

A Direcção

Lisboa, 10 de Agosto de 2009